

## **A participação das mulheres na luta armada no Cone Sul**

Andrei Martin San Pablo Kotchergerko\*, UFSC  
[xuliro@hotmail.com](mailto:xuliro@hotmail.com)

A participação das mulheres nos grupos de esquerda armada, atuantes no Brasil e no Chile, durante suas respectivas ditaduras, a forma pela qual essa participação era vista e considerada pelos guerrilheiros atuantes nessas mesmas organizações, assim como o sentimento das mulheres militantes em relação às dificuldades enfrentadas em suas trajetórias como guerrilheiras, é a temática desse artigo.

Será utilizada uma abordagem comparativa entre os conteúdos produzidos pelas organizações de esquerda armada desses dois países, principalmente da ALN (Ação Libertadora Nacional), do Brasil e do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária), do Chile, como manuais, memórias, relatos autobiografados e bibliografia referente ao assunto.

### **Contexto Histórico, Político e Social: Brasil e Chile**

Ao analisar o contexto político e social do Brasil e do Chile, observa-se que na ocasião do rompimento da legitimidade de suas democracias, o Brasil (1964-1985) e o Chile (1973-1990), apresentavam condições políticas semelhantes, mesmo tendo ocorrido em datas distintas. Ambos tiveram seus governos eleitos legitimamente e substituídos por ditaduras militares, refletindo claramente, a existência de medo nas classes dominantes, de perderem o poder ou até mesmo, de terem o poder dividido. Para que isso não ocorresse, ambos os países se utilizaram das Forças Militares para implantarem o terror contra os seus opositores, através dos mecanismos de tortura e de desaparecimentos de seus oponentes políticos, garantindo desta forma, o papel de dominância sobre os revoltosos. Foi um período marcado pelo autoritarismo e pelas desigualdades sociais, relegando as questões especificamente femininas, a um plano secundário.

A ditadura militar chilena, assim como a ocorrida no Brasil, impôs uma ideologia que priorizava os moldes familiares tradicionais, onde um machismo exacerbado é marcante, atribuindo aos homens um papel autoritário, ressaltando o conservadorismo e o patriarcado, agravados por

---

\* Aluno de graduação do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina – [xuliro@hotmail.com](mailto:xuliro@hotmail.com), orientado pela Professora Doutora Cristina Scheibe Wolff. Bolsista PIBIC / CNPq, integrado ao projeto Relações de Gênero na Luta da Esquerda Armada: Uma Perspectiva Comparativa entre os Países do Cone Sul (1960-1979), coordenado pela Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff, tendo como participantes os alunos de doutorado, mestrado e Iniciação Científica.

## Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

interpretações errôneas sobre os conceitos de valentia, sensatez e êxito social. Essas relações, onde as diferenças sociais são tão afloradas, se tornam assimétricas sobre o ponto de vista das discriminações e subordinações, tanto institucionais quanto culturais, vivenciadas pelas mulheres chilenas, resumindo as suas principais ocupações à educação de seus filhos e ao bem estar de seus lares<sup>1</sup>.

Deve-se destacar que a participação das mulheres nos grupos de esquerda armada atuantes, tanto no Brasil quanto no Chile, representou uma marcante transgressão, onde os impostos papéis femininos tradicionais são rompidos duplamente: ao tornaram-se militantes, opondo-se a Repressão Militar e ainda ao tentarem conquistar um espaço público, onde pudessem vir a discutir, participar das decisões e debater assuntos especificamente femininos. Esse momento é definido por Ridenti, como sendo o início de um rompimento com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”<sup>2</sup>.

Analizando as ações políticas e as lutas das mulheres no período da ditadura militar, percebe-se que elas além de combaterem a repressão, tiveram que enfrentar também a discriminação e a desigualdade, por parte da Sociedade e dos seus companheiros de Organizações<sup>3</sup>.

### **Histórico, Tradições Revolucionárias e Ideologias da ALN e do MIR**

No Brasil, a ALN (Ação Libertadora Nacional), era uma organização revolucionária comunista que surgiu no final do ano de 1967, fundada por Carlos Marighella<sup>4</sup>. Ele defendia a luta armada e a guerrilha como sendo os principais instrumentos de combate à ditadura militar, tendo como lema principal “A ação faz a vanguarda”, adotando para isso, uma estruturação de autonomia tática dos grupos armados<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> GARRAO, Andrea Zamora. La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura militar chilena: apuntes para una reflexión . **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2008. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/index27162.html>>. Acesso: setembro de 2008.

<sup>2</sup> RIDENTI, Marcelo S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p.198.

<sup>3</sup> COLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 43-44.

<sup>4</sup> Iniciou sua militância em 1932, na Juventude do Partido Comunista. Ficou preso de 1939-1945. Eleger-se deputado federal da Bahia em 1946. Em 1967, rompeu com a direção do PCB e passou a dedicar-se a atividades de resistência armada, criando a ALN. Morreu em São Paulo, em 1969, durante emboscada dos agentes policiais equipados com armamento pesado, sob o comando de Sérgio Paranhos Fleury, delegado do DOPS, líder de um grupo de extermínio de marginais, o Esquadrão da Morte.

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p.108. Disponível em:

<[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/.arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf)>. Acesso em: julho de 2008.

<sup>5</sup> BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

## Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

No Chile, o MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária) foi criado em agosto de 1965, mas em 1967 Miguel Enríquez, assume o cargo de secretário geral, já dando início a uma política de enfrentamento contra o Governo, através de uma intensa propaganda de “luta armada” e com diversas operações, para arrecadar fundos chamados de “recuperaciones”, que nada mais eram que assaltos a bancos<sup>6</sup>.

Com as implantações dos governos ditatoriais nos países do Cone Sul, inicia-se várias discussões no interior das Organizações de Esquerda Armada, sobre a necessidade da construção social de um “novo homem”, que de acordo com Brienza, seria um “indivíduo moral capaz de sacrificar tudo em função do mundo que se aproximava”<sup>7</sup>.

Para as Organizações de Esquerda, esse “novo homem” seria um indivíduo perfeito para constituir o grupo dos “verdadeiros revolucionários”, capaz de se opor tanto aos burgueses, quanto aos reformistas contrários a ações violentas. E é nessa procura que, associam a figura de Ernesto Che Guevara a essa imagem concreta do “novo homem”, o modelo a ser seguido, tanto pelas idéias que expunha, quanto pelas ações que tomava para alcançar seus objetivos.

A definição de guerrilheiro ideal, chamada de “verdadeiro” guerrilheiro, é constituída a partir de características que fazem parte de um modelo constitutivo apresentado em manuais, cartilhas e outros tipos de documentações produzidos por grupos de esquerda armada. As características necessárias para o perfeito desempenho do guerrilheiro e da guerrilheira privilegiavam a coragem, a valentia, o espírito de sacrifício, a dignidade e a honra, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas.<sup>8</sup>

O ser “violento” e ser “terrorista”<sup>9</sup> passam a ser características importantes e significativas na formação do “verdadeiro revolucionário”, enobrecendo-o, transformando-o em uma pessoa honrada. Utilizar essas características, como um complemento de suas ações e atitudes dentro da luta armada, no enfrentamento das atrocidades da ditadura militar, era considerado um ato muito digno. Desta forma, uma preocupação constante para os militantes em todas as suas manifestações foi a de diferenciarem-se dos delinquentes e bandidos, para não serem nunca confundidos com eles.

---

p.469. Disponível em:

<[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/.arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf)>. Acesso em: julho de 2008.

<sup>6</sup> PÉREZ, Cristián. Historia del MIR: “Si quieren guerra, guerra tendrán...”. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 41. Santiago, 2003. p. 14. Disponível em: <

[http://www.cepchile.cl/dms/lang\\_1/doc\\_3208.html](http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/doc_3208.html)>. Acesso em: junho de 2008.

<sup>7</sup> BRIENZA, Hernán. **Mario R. Santucho**: la guerrilla de izquierda. Buenos Aires: Capital Intelectual. 2006. p.18.

<sup>8</sup> WOLFF, Cristina; BACK, Lilian; SENA, Priscila Carboneri de. Relações de gênero na definição de um guerrilheiro: um paralelo entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8 – Brasil) e o **Ejercito Revolucionario del Pueblo** (ERP – Argentina). **Anais do IV Encontro Regional Sul de História Oral – Cultura, identidades e memórias**, Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2007. Disponível em:

<<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/CristinaScheibeWolff.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2008.

<sup>9</sup> MARIHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. 1969. p. 1.

## Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

É válido ressaltar que para serem considerados bons e “verdadeiros” guerrilheiros, a partir dos requisitos propostos no Manual do Guerrilheiro Urbano, os guerrilheiros deveriam apresentar certas qualidades e características, onde as mais significativas são:

(...) que possa caminhar bastante; que seja resistente à fadiga, fome, chuva e calor; conhecer como se esconder e vigiar, conquistar a arte de ter paciência ilimitada; manter-se calmo e tranqüilo nas piores condições e circunstâncias; nunca deixar pistas ou traços<sup>10</sup>.

Ao analisarmos essas características propostas, percebemos que as mesmas não causavam discriminação quanto à participação das mulheres na militância, mesmo porque, destacavam o valor da paciência ilimitada e da tranqüilidade, que de certa forma, são qualidades e características de destaque associados à representação da feminilidade. Partindo de uma perspectiva analítica sobre os quesitos citados, o Manual do Guerrilheiro Urbano sugere que, o guerrilheiro ou guerrilheira ao reconhecer que possua uma problemática em relação às características descritas, renunciem a seus postos, pois lhes faltam qualidades básicas para serem “verdadeiros” guerrilheiros.

### Militância Feminina

O período em que ocorreu a Ditadura Brasileira (1964-1980), marcado com um significativo aumento no número de mortos, presos e desaparecidos, levou algumas mulheres a se tornarem pioneiras na busca de seus familiares, assim como, motivaram outras a optarem por ingressar em organizações de esquerda, pegando em armas e lutando, “comportando-se como homens”<sup>11</sup>. Refletindo sobre essa expressão usada, se pensarmos que, para romperem os padrões sociais impostos na época e se integrarem aos movimentos de esquerda, as mulheres necessitaram de coragem, força e honra, que são de certa forma, qualidades vinculadas socialmente aos valores masculinos<sup>12</sup>, portanto, essa expressão deixa de ter uma conotação discriminante e passa a ter uma conotação comparativa.

Após analisar algumas entrevistas feitas com mulheres ex-militantes e livros que discorrem sobre as militantes na época das ditaduras, observei, no entanto, a utilização de termos de cunho pejorativo como, mulher leviana à “procura de macho”<sup>13</sup> e “mulher-macho”<sup>14</sup>, eram freqüentemente

<sup>10</sup> MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. 1969. p. 3

<sup>11</sup> SARTI, Cynthia A. **O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória**. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12, n. 2, 2004. p. 37. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/381/38112203.pdf>>. Acesso em: maio de 2008.

<sup>12</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. **Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000200003&lng=pt&trng=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200003&lng=pt&trng=iso)>. Acesso em maio de 2008. p. 17.

<sup>13</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.155.

## Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

utilizados pela Sociedade e pelas Forças Militares, ao referirem-se as mulheres militantes, na tentativa de desestimularem as suas lutas e de forçá-las a retornarem aos seus espaços domésticos. Sabe-se que esse mesmo tipo de discriminação ocorreu com as militantes chilenas, pois sofreram fortes pressões e discriminações da Sociedade, das Forças Armadas e do CNI, por representarem modelos de mulheres que deixaram os espaços privados e se adentraram aos espaços públicos, os quais não lhes pertenciam. É imprescindível mencionar, no entanto, que se esse retorno das mulheres ao espaço privado não fosse conseguido, elas seriam combatidas severamente como inimigas.

Convém ressaltar também que, algumas mulheres militantes, mesmo lutando lado a lado com os seus colegas das organizações de esquerda, muitas vezes, não foram bem aceitas por alguns deles, obrigando-as a lutarem contra o machismo, que também as discriminavam, tanto pelo excesso de proteção ou por terem suas capacidades físicas e intelectuais subestimadas.

O contexto ideológico das Organizações de Esquerda e a grande influência exercida pelas características masculinas e masculinizantes sobre o modelo do “verdadeiro” guerrilheiro acabaram levando algumas mulheres militantes a negarem suas posições e condições femininas, na tentativa de obterem uma igualdade dentro das organizações que militavam e de apresentarem um melhor desempenho nas suas ações táticas. Outra forma marcante de discriminação, com muitas mulheres militantes, no interior das Organizações Guerrilheiras, foi relativa às funções atribuídas a elas. O Comando raramente coube a alguma mulher, era apenas ocupado por homens. As funções que lhes restavam, embora importantes para o andamento das missões, eram mais simples, tais como levantamento de informações, observações de campo, apoio logístico e estratégias de emboscadas.

Ao combater a forte repressão exercida pelas Ditaduras Militares, mulheres e homens militantes tiveram que permanecer na clandestinidade, adotando codinomes como uma forma de segurança, para eles e para seus familiares. Foi exigido de cada militante, o desprendimento de qualquer laço que facilitasse a sua identificação, um total rompimento afetivo e social, gerador de nervosismo, solidão e muito medo, onde qualquer engano poderia custar à vida. É importante destacar que nesse contexto, as mulheres foram responsáveis, muitas vezes, em dar certa legitimidade aos locais escolhidos para abrigar os guerrilheiros, armas e materiais de apoio, locais estes, por eles chamados de “aparelhos”.

As Forças Militares Brasileiras ou Chilenas prenderam e mataram inúmeras mulheres e homens militantes na tentativa de reprimir e enfraquecer as ações das Organizações de Esquerda Armada, mas é válido mencionar que depois de detidas, as mulheres militantes eram tratadas sob uma forma de disciplinamento social, executado através de um instrumento central que nada mais

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.155.

## Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

era, do que o “poder-terror” durante as seções de tortura. Algumas mulheres ao serem submetidas aos interrogatórios, tanto no Chile quanto no Brasil, sofreram em suas torturas uma violência de gênero por parte de seus agressores, uma vez que para eles, as mulheres militantes cometiam dupla transgressão: “a de serem terroristas e a de serem mulheres”<sup>15</sup>. Nessa busca de obtenção de informações, utilizaram a violência sexual ou as violências psicológicas, explorando principalmente a relação da mãe com seus filhos, uma vez que, muitas delas na época de suas detenções, estavam grávidas.

Os dados estatísticos, sobre o número de mulheres militantes vinculadas as Organizações de Esquerda no Brasil, é muito difícil precisar, visto que foram computados somente os casos que passaram por processos judiciais<sup>16</sup>. O Projeto Brasil Nunca Mais<sup>17</sup> salienta que dos 707 processos judiciais militares relativos ao período ditatorial (1964-1979), somente 695 deles puderam ser submetidos ao cruzamento de informações, totalizando 4.124 militantes, sendo 88% pertencentes ao sexo masculino e 12% ao sexo feminino. No entanto, para Ridenti, a estatística considera 84 % para os primeiros e 16 % para as segundas, totalizando 660 militantes femininas. Integrando a ALN constam 492 militantes, sendo 416 (84,6%) homens e 76 (15,4%) mulheres<sup>18</sup>.

No Chile, a Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura recebeu testemunhos de 35.868 pessoas, sendo qualificadas após o cruzamento de informações, 27.255 vítimas<sup>19</sup> no período ditatorial (1973-1990). São 23.856 (87,5%) homens e 3.399 (12,5%) mulheres<sup>20</sup>. Pertencentes à oposição armada, como o MIR, FER, entre outros, totalizam 1662 (6,1%) militantes<sup>21</sup>.

### Considerações Finais

---

<sup>15</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.155.

<sup>16</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 197-198.

<sup>17</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 31.

<sup>18</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 204-205

<sup>19</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Capítulo III del informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 97. Santiago, 2005. p. 491. Disponível em: <[http://www.cepchile.cl/dms/archivo\\_3480\\_1917/r97\\_informe\\_extractos.pdf](http://www.cepchile.cl/dms/archivo_3480_1917/r97_informe_extractos.pdf)>. Acesso em: setembro de 2008.

<sup>20</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Capítulo III del informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 97. Santiago, 2005. p. 481. Disponível em: <[http://www.cepchile.cl/dms/archivo\\_3480\\_1917/r97\\_informe\\_extractos.pdf](http://www.cepchile.cl/dms/archivo_3480_1917/r97_informe_extractos.pdf)>. Acesso em: setembro de 2008.

<sup>21</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Capítulo III del informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. **Revista Estudios Públicos** – Revista do Centro de Estudios Públicos de Santiago, n. 97. Santiago, 2005. p. 475. Disponível em: <[http://www.cepchile.cl/dms/archivo\\_3480\\_1917/r97\\_informe\\_extractos.pdf](http://www.cepchile.cl/dms/archivo_3480_1917/r97_informe_extractos.pdf)>. Acesso em: setembro de 2008.

## Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Neste contexto comparativo entre o Brasil e o Chile, podemos ressaltar que as ditaduras militares ocorridas nesses dois países, assim como a Sociedade na época que elas ocorreram, impuseram uma ideologia que priorizava os moldes familiares tradicionais, reforçando, de certa forma, as diferenças sociais e colaborando com a ocorrência de discriminações, tanto institucionais quanto culturais, vivenciadas tanto pelas mulheres brasileiras quanto pelas mulheres chilenas.

O constante esquema repressivo que atingia as Organizações da Esquerda Armada, suas ideologias influenciadas por idéias conservadoras, particularmente a respeito das mulheres e o distanciamento dessas organizações com vários segmentos sociais, levam a crer que tenham sido fatores determinantes na falta de compreensão da importância da participação da mulher na transformação da sociedade.

Apesar das discriminações sofridas pela maioria das mulheres, em relação a sua participação nos grupos de esquerda armada, seja no Brasil seja no Chile, devemos ressaltar que elas foram personagens importantes e muito significativas no projeto coletivo que objetivava a derrubada do governo militar, e, sobretudo na busca de alternativas na resolução dos problemas sociais e políticos de seus países. Ao lado dos homens, as mulheres militantes lutaram, deixando de lado o medo, que essa oposição trazia consigo, como mortes, torturas, desaparecimentos e prisões. Também colaboraram através de suas ações, nas organizações de esquerda armada, organizando passeatas e inúmeras atividades de apoio, que lhes permitiram lutar tanto pela liberdade quanto por seus direitos, na resistência contra as forças opressoras.

Todas as mulheres atuantes na guerrilha viveram intensamente suas vidas, mesmo sobre as condições adversas e clandestinas, e para expressar esse sentimento, nada mais convincente do que as palavras da ex-guerrilheira da ALN, Sônia Lafoz

Não massageio meu próprio ego, mas tiro o chapéu para os homens e mulheres que tiveram a coragem de enfrentar aquela situação. No que diz respeito a nós, mulheres, as que pegaram ou não pegaram em armas, foi um momento singular de participação histórica. Devo dizer que eu faria tudo de novo<sup>22</sup>.

Analisando também as mulheres participantes da luta armada no Chile, captamos a mesma expressão de sentimento, na valorização de suas atividades como militantes na luta armada. Esta relação aparece claramente nas palavras Gladys, ex-militante do MIR:

Mas, quero que saibam de uma coisa: não sei quanto tempo de vida me resta, mas jamais poderei fazer algo tão importante quanto foi a minha militância. De longe, minha militância foi à coisa mais importante que fiz em minha vida. Mais importante que minha profissão, que os amores, que a Universidade<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf de. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998. p. 295.

<sup>23</sup> GLADYS. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro (digital). Chile, 27/06/07.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.  
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

É certo que muitas dessas mulheres ao enfrentar a oposição da família, dos próprios colegas de guerrilha, da sociedade ao optar por esse caminho, lutaram permanentemente contra discriminação, a submissão e, principalmente, a desigualdade social. É imprescindível ressaltar, no entanto, que deixaram para trás, como todos os que atuaram nesse palco da história do Brasil e do Chile, sonhos, amores, trabalhos, enfim, uma vida inteira para lutar por seus ideais, com muita disciplina, dedicação e, sobretudo, paixão. Porém, ao retornarem a situação de legalidade, e resgatar suas trajetórias individuais, algumas mulheres militantes passaram por um momento crítico ao reconciliar-se com a nova vida cotidiana. Foi indispensável o apoio de seus familiares e amigos para a reconstrução emocional e profissional nesta nova etapa de suas vidas.